

ESCOLA E PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL

Jair Militão da SILVA*

RESUMO: O presente artigo trata da participação estudantil na escola mediante a criação dos grêmios autônomos autorizados pela Lei Federal nº 7.398, de 4-11-1985, publicada no Diário Oficial da União de 05-11-85.

Ressaltando ser a escola um dos fatores possíveis de colaboração na mudança social, desde que atue na formação de "identidades participativas", indica algumas condições para a ocorrência de sujeitos culturais democráticos.

PALAVRAS-CHAVE: Participação estudantil. Grêmios autônomos. Escola e realidade social. Cultura e identidade cultural. Sujeito cultural.

Ao sancionar a Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985*, o Presidente da República restituiu aos alunos de Primeiro e Segundo Graus a possibilidade de organizarem-se em Grêmios Autônomos. Dois anos depois da promulgação da Lei, ao menos no Estado de São Paulo, um olhar sobre a rede escolar revelará a quase inexistência dos chamados "grêmios livres" como preferem chamá-los os estudantes. Como interpretar esse fato?

Longe de significar uma "desobediência à lei" pode-se ver nisto muito mais uma fuga de um puro cumprimento legalista de uma determinação superior e um desejo de tratar o assunto com a seriedade que este merece. Na verdade, não se trata apenas de registrar em cartório a existência de um grêmio, mas antes de tudo considerar o problema da participação estudantil ao nível das unidades escolares concretas.

Desse modo, pensar o tema dos grêmios estudantis implica pensar o problema mais amplo da participação dos usuários nos serviços a eles destinados.

No caso específico da realidade escolar algumas considerações prévias devem ser feitas.

* Professor Assistente do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Escola e Realidade Social

Uma primeira colocação, de fundamental importância, é aquela que diz respeito às relações entre escola e sociedade. Reside aqui grande parte da resistência à idéia de participação encontrada em nossas escolas. Seja como resistência à participação dos alunos por parte de professores, especialistas ou funcionários; seja por parte dos alunos e dos pais como um não acreditar na necessidade ou utilidade da participação, o que está em jogo, em última análise, é a pergunta: adianta participar? Ou, em outras palavras: A escola tem poder de influir na realidade para mudar alguma coisa?

Apesar de fazer parte já há algum tempo do universo discursivo dos profissionais de educação termos tais como: reprodução, progressista, neutralidade, para designar posturas teóricas que afirmam ora que a escola apenas reproduz uma dada estrutura social nada podendo fazer para modificá-la, ora afirmam ser a escola uma instância neutra da sociedade, não tendo peso no sentido de manter ou transformar a realidade social, ora, ainda, vendo a escola como um lugar de luta, de vida, no qual se desenrola uma ação que tanto pode caminhar num sentido de mudança ou num sentido de permanência, o peso do cotidiano escolar, na maioria das vezes, exerce uma forte pressão na direção da criação de uma percepção de que nada vai mudar, de que nada muda.

Torna-se necessário, a este ponto, perguntar-se: o quê é a realidade? Qual é a dinâmica que permite à realidade social manter-se ou transformar-se?

Sem que se enverede por profundas considerações de ordem epistemológica, mas visando tão somente a busca de um adequado equacionamento do problema aqui considerado — participação estudantil — pode-se afirmar, sem leviandade teórica, que a realidade são as coisas, as pessoas, a materialidade objetiva com a qual o homem defronta-se diariamente e o significado que as pessoas atribuem a si mesmas, às coisas, ao relacionamento que têm entre si e com as coisas.

Isso significa afirmar que a realidade apresenta duas dimensões, que se completam, mas que apresentam relativa autonomia uma em relação à outra: uma dimensão objetiva (coisas, pessoas, estruturas) e uma dimensão subjetiva (significado, sistemas).

Realidade, Cultura e Identidade Cultural

Um conceito de grande valor hermenêutico para o tratamento de ambas as dimensões é o de cultura, entendida como o modo de produzir a vida e os significados (valores, práticas, produtos etc). Para a compreensão de uma dada cultura o exame de temas básicos, tais como: nascimento, procriação, morte, trabalho, é tarefa prioritária.

A cultura, tal como aqui se entende, produz uma personalidade, gera uma identidade cultural que condiciona o "eu" pessoal e coletivo. Os limites da ação do "eu" são dados pelas condições objetivas e igualmente pelas condições subjetivas.

Desde um nível, ao qual se poderia chamar macro, tal como é o caso do fenômeno do colonialismo, no qual a dominação que se inicia pela força armada completa-se quando a identidade do colonizado incorpora a figura do dominador com algo positivo, até o nível micro, observável no cotidiano da escola, quando os alunos não entram na sala dos professores ou da direção por não se considerarem dignos. . . pode-se perceber o peso efetivo que existe da identidade que uma pessoa ou grupo assume para o seu agir e para o seu modo de ser, de pensar, de entender o mundo. Afirmações tais como: não adianta, nada vai mudar; quem sou eu para pensar em mudar alguma coisa etc. são bem mostras da identidade cultural assumida e condicionando, no caso negativamente, a possibilidade de atuação da pessoa.

A escola, ao nível concreto da unidade, participa do "esforço coletivo pela transmissão da cultura", ou seja, no processo de divisão social do trabalho entre as instituições sociais numa sociedade organizada tal como a nossa, compete à escola, independentemente da vontade individual de seus integrantes, a tarefa de lutar por um dado significado, formar uma dada "mentalidade". Ao lado dos meios de comunicação social, da família, quando esta existe, dos clubes, das igrejas, etc., a escola contribui para a formação de uma dada identidade cultural.

O instrumento privilegiado utilizado pela escola para o desempenho de sua missão tem sido o currículo, em sua dimensão explícita ou implícita (oculta). Mediante a fixação de conteúdos, de formas e de juízos de valor, a organização curricular desenvolvida na concreta instituição escolar tem, portanto, real incidência na vida de crianças e jovens, igualmente concretos e participantes da realidade social.

Aqueles que trabalham na escola não podem, portanto, dizer: estamos na escola apenas para passar o tempo, de vez que ela — escola — nada tem a ver com a realidade social que a cerca. Trata-se, antes, de perguntar-se sobre os rumos da prática escolar e sua conexão com as práticas sociais gerais ocorrentes na sociedade como um todo; trata-se de perguntar-se sobre a que projeto de sociedade e a que identidade cultural serve o trabalho que cotidianamente, dia após dia, ocorre na escola.

Portanto, pensar a participação estudantil nas escolas de Primeiro e Segundo Graus é também pensar a direção, o rumo das práticas escolares concretas desenvolvidas na unidade escolar. Que "personalidade" busca-se formar? Participativa? Alienada? Totalitária? Democrática? Prestadora de serviço? Manipuladora? Embora, certamente, ao nível do discurso, seja fácil a elaboração de uma resposta "certa",

é ao nível de práticas concretas que se encontra a resposta verdadeira...

Porque formar para a participação

Sem recorrer a argumentos de natureza filosófica, ética ou religiosa, pode-se pedir aos trabalhadores em educação que meditem ao menos naquilo que se pode chamar "efeito bumerangue", ou seja: contribuimos para a formação de pessoas com as quais iremos, com grande probabilidade, conviver. Queremos conviver com pessoas tolerantes, abertas ao diálogo, que buscam a justiça, ou queremos conviver com pessoas intolerantes, que aprenderam a não valorizar a vida humana, nem a sua nem a dos outros... Assim, ao menos por um sadio "egoísmo", a meta deve ser buscar formar pessoas com uma identidade favorável ao convívio humano.

Formar, ou mais precisamente, lutar para formar (de vez que concorrem com a escola outras "agências" formadoras) personalidades mais democráticas supõe, e mesmo exige, formar pessoas com capacidade de participação. De fato, ou a convivência humana, com seus conflitos inevitáveis, funda-se na participação e no diálogo, ou funda-se na exclusão e na imposição arbitrária e unilateral.

Aqueles que optam por um tal tipo de luta resta ainda a tarefa de criar instrumentos adequados à sua caminhada, de vez que a cultura dominante não oferece "currículos para a participação"; antes, ao contrário.

Nesse sentido, não existindo práticas já plenamente consagradas, cada um deve ter a coragem suficiente para iniciar o caminho, correndo os riscos daí advindos. A troca de experiências, todavia, entre os que caminhavam, será sempre bem vinda.

O que fazer?

Com esse espírito de troca de experiências, algumas indicações podem ser feitas.

Uma primeira refere-se ao fato de que o tema da participação estudantil aparece, geralmente, no âmbito escolar com o título "formação do cidadão". Torna-se, então, útil perguntar: quem, ou o quê é o cidadão?

Essa pergunta tem sido respondida de diversas formas, entre as quais tem predominado duas, que podem ser fonte de equívocos. São elas: *formar o cidadão é formar o indivíduo*. Isso quer significar, na maioria das vezes, formar o individualista, ou seja: formar um "campeão de participação" que é, todavia, isolada, nada mais sendo do que

uma busca de êxito na qual não se leva em conta as necessidades dos demais. *Formar o cidadão é formar a classe*. Infelizmente, entretanto, classe é, como o demonstra a experiência cotidiana, entendida como um conceito dotado de poder mágico de transformação da realidade, não se atentando para as necessárias mediações que se dão no transcorrer da história. Passa-se a pensar, grosseiramente, que basta o "cidadão" saber-se pertencente aos explorados que essa "consciência adquirida" o impulsionará para a luta pela transformação.

O não perceber que a dinâmica social concreta, para o seu mover-se, supõe a existência de sujeitos concretos dotados de poder político e que esses sujeitos não são os "grandes homens da história", mas grupos humanos, compostos por pessoas que se reconhecem numa mesma identidade cultural, com um sentido de nós, comprometidos eticamente uns com os outros, tem levado a ação educativa a não ser tão eficaz como poderia ser.

Formar esse Sujeito Cultural, esse Nós Ético, exige por parte dos trabalhadores em educação algumas condições pessoais iniciais, sem as quais a tarefa pode tornar-se desnecessariamente dolorosa, custosa, e até mesmo ineficaz.

Entre outras, as seguintes condições podem ser apontadas:

- a) aceitar o diferente (essa é a base inicial como postura);
- b) não ver no outro um inimigo (e, assim, não ter medo e, em consequência, não ter necessidade de ser agressivo);
- c) perceber-se principalmente como educador (e não o responsável pelo status quo, de modo que uma alteração neste não implica em questionamento da própria pessoa, mas sim da situação; estar atento à criança e ao jovem que quer participar e não às formalidades legais);
- d) aceitar o debate, o diálogo, o conflito (ter como critério que julga a validade das decisões o benefício social, que não suprime o benefício pessoal justo);
- e) recuperar o sentido preciso de "política" entendendo-a como uma dimensão conatural à vida humana e instrumento de busca de entendimento para o coexistir, superando a caracterização de política como algo sujo e corrupto (lembrar que se é assim atualmente, essa não é a única possibilidade);
- f) lembrar que, por tratar-se de uma situação educativa, os exemplos extraídos da própria vida documentam e testemunham melhor que os discursos a adesão efetiva da pessoa, tendo maior efeito nos educandos;

Finalmente, torna-se útil reiterar que, num país com tão poucas tradições de efetiva participação popular, os modelos não são facilmente encontráveis. Trata-se, portanto, de ir fazendo o caminho ao caminhar. . .

SUMMARY: This paper analyses students participation in schools by the creation of student associations by Federal Law nº 7398 of 4/11/85 published in the D.O.U. of 5/11/85.

Emphasizing the fact that the school is one of the agents of social change, since it operates in the development of "participative identities", the A. shows some conditions for the appearance of cultural democratic men.

KEY-WORDS: Students participation. Social Change. Democracy.

(Recebido para publicação em 11-11-87)